A intervenção do assistente social na adoção tardia

The intervention of the social worker in late adoption

Dariane Araújo Silva¹, Halline Araújo Caminha², Rauanna Carvalho Beirão³, Marijany Costa de Miranda silva⁴

¹⁻³ Acadêmica de Serviço Social. Faculdade de Ensino Superior de Florianópolis.

⁴ Assistente Social. Docente da Faculdade de Ensino Superior de Florianópolis.

RESUMO

A presente pesquisa refere-se às dificuldades encontradas na adoção tardia, e o papel do assistente social junto a essa problemática. Segundo Ferreira (1991), a uma preferência maior em adotar bebê para acompanhar a evolução e o crescimento, a grande maioria prefere crianças com a idade menor de dois anos, com isso há resistência na adoção de crianças mais velhas. O Assistente social na adoção tardia é um tema que representa um papel significativo na sociedade, pois através deste profissional é possível promover um ambiente seguro para os adotados e bem-estar social e assim promover uma família às crianças e adolescentes que nunca tiveram um lar. A pesquisa tem como principal objetivo, analisar as dificuldades encontradas na intervenção do assistente social na adoção tardia. Foi utilizado como método, uma pesquisa exploratória por meio de revisão bibliográfica sobre o processo de trabalho do assistente social vinculado a adoção tardia com o objetivo de proporcionar maior familiaridade com o problema. Dessa forma, a pesquisa é relevante, pois mostra que o serviço social tem um papel importante nesse processo de adoção, evitando que crianças e adolescentes com idade mais avançadas tenham seus direitos violados.

Palavras chave: Adoção. Serviço Social. Intervenção.

SUMMARY

This research refers to the difficulties found in late adoption, and the role of the social worker in this problem. According to Ferreira (1991), to a greater preference in adopting a baby to accompany the evolution and growth, the great majority prefer children under the age of two years, with that there is resistance in the adoption of older children. The social worker in late adoption is a topic that plays a significant role in society, because through this professional it is possible to promote a safe environment for adoptees and social well-being and thus promote a family to children and adolescents who never had a home. The main objective of the research is to analyze the difficulties encountered in the intervention of the social worker in late adoption. An exploratory research was

used as a method, through a bibliographical review on the social worker's work process linked to late adoption in order to provide greater familiarity with the problem. In this way, the research is relevant, as it shows that social services play an important role in this adoption process, preventing older children and adolescents from having their rights violated.

Keywords: Adoption. Social service. Intervention.

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa refere-se às dificuldades encontradas na adoção tardia, e o papel do assistente social junto a essa problemática. Segundo Ferreira (1991), a uma preferência maior em adotar bebê para acompanhar a evolução e o crescimento, a grande maioria prefere crianças com a idade menor de dois anos, com isso há resistência na adoção de crianças mais velhas.

O assistente social é um profissional generalista, perpassando diversos espaços sócios ocupacionais. Portanto, é de suma importância compreender a garantia dos direitos das crianças e adolescentes, e como se constituem os processos de adoção, principalmente no setor sócio jurídico.

O Assistente social na adoção tardia é um tema que representa um papel significativo na sociedade, pois através deste profissional é possível promover um ambiente seguro para os adotados e bem-estar social para assim promover uma família às crianças e adolescentes que nunca tiveram um lar. Considerar a opinião das crianças ou adolescentes ouvi-las e acompanhando o estágio de convivência preparando o pretendente e o adotado. Portanto o assistente social tem um papel muito importante crucial pois ele lida tanto com os pais que têm interesse em adotar como com as crianças e adolescentes, onde o profissional orienta e dá suporte para essas pessoas que podem e deseja a adoção.

A criança e o adolescente acabam tendo um novo lar, deixando para trás suas dores de serem abandonados pelos seus pais biológicos, deixando para trás tudo de ruim que eles já passaram, e ganharam um lar sólido onde eles terão carinho, proteção e amor. Para ter sucesso na adoção tardia é necessário ter uma grande vontade tanto da família quanto a criança, só assim os dois lados sendo recíproco sem preconceito entendendo que o principal intuito é o bem-estar da criança, que ele não venha ter mais traumas de outra rejeição

A pesquisa tem como objetivo geral: Analisar as dificuldades encontradas na intervenção do assistente social na adoção tardia. E objetivos específicos: Identificar quais os obstáculos para a realização de adoções; Compreender como é feito o Cadastro Nacional e os procedimentos que deve ser realizado para a Adoção; Analisar a intervenção inicial do Assistente Social sobre as técnicas e os procedimentos legais da adoção.

Problemática: Quais as dificuldades encontradas na intervenção do assistente social na adoção tardia?

A pesquisa está estruturada da seguinte forma: o primeiro capítulo faz um apanhado histórico sobre adoção no Brasil, e o segundo contempla os objetivos e problema de pesquisa

mostrando a intervenção do assistente social na adoção tardia, os instrumentos técnicos utilizados pelo profissional no poder judiciário.

2 ADOÇÃO

A prática de adoção está presente nos textos legislativos mais remotos de que temos notícias. Há relatos de diferentes épocas, destacando a enorme importância da utilidade e importância com que se apresentou ao longo da história. Essa é uma prática aplicada desde a antiguidade, acolhendo as crianças como filhos naturais em suas famílias. (RIBEIRO; SANTOS E SOUZA, 2012 apud Filho, 2017).

Quando se fala em adoção é normal que as pessoas tenham uma concepção formada, ainda mais quando se trata de adoção tardia, uma vez que surge um misto de sentimentos, de um lado amor e gratidão e de outro o medo dos novos integrantes não se adaptarem as suas novas famílias. A adoção segundo o ECA, art. 41 “[...] atribui a condição de filho ao adotado, com os mesmos direitos e deveres, inclusive sucessórios, desligando-o de qualquer vínculo com pais e parentes, salvo os impedimentos matrimoniais”.

De acordo com o art. 19º do Estatuto da Criança e do Adolescente, (Lei nº 13.257, de 2016): “É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio familiar e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral.” (BRASIL,2016).

A adoção é realizada através do Cadastro Nacional de Adoção onde proporciona os futuros pais adotivos selecionarem o perfil da criança ou adolescente que atendam às suas concordâncias. Para Silva (2004) dentre os motivos evidenciados de ingresso em abrigo podemos citar: Carência de recursos materiais da família/responsável (pobreza), abandono dos pais ou responsáveis, violência doméstica (maus-tratos físicos e/ou psicológicos praticados pelos pais ou responsáveis), pais ou responsáveis dependentes químicos/ alcoólicos, vivência de rua órfão (morte dos pais ou responsáveis), pais ou responsáveis detidos (presidiários, abuso sexual praticado pelos pais ou responsáveis).

Adoção tardia é uma opção para famílias que desejam adotar, esse termo é utilizado para a adoção de crianças que não é mais neném e que já possui uma certa autonomia diante de suas necessidades básicas (BARBOSA, 2006).

De acordo com Silva (2004) é possível observar que dentro dos abrigos a maioria das crianças tem idade entre 7 e 15 anos, negros, com irmãos ou com alguma deficiência. Este é o retrato mais comum entre as crianças a serem adotadas. Estas preferências entre os adotantes acaba fazendo com que muitas delas jamais sejam adotadas. Além disso, outro fator determinante que acaba dificultando a adoção é a complicação nos processos de justiça.

Diante disso, fica notório que a preferência entre os adotantes faz com que muitos deles nunca sejam adotados, e quando completam 18 anos são obrigados a sair do abrigo onde muito deles não tem para onde ir. Além disso, um fator contribuinte significativo que agrava a adoção é a disfunção nos procedimentos judiciais.

2.1 Adoção no Brasil

A primeira legislação no Brasil sobre o Instituto da Adoção data de 1693, denominada Lei do Desamparo dos Filhos Deserdados pela Sorte. Ainda não se tratava de adoção como a conhecemos hoje, tratava-se de famílias católicas caridosas que acolhiam e criavam crianças encontradas na rua.(MONCORVO, 1926 APUD SILVA, 2021).

Dessa forma, vale ressaltar que no Brasil ainda há um grande número de famílias desempregadas e em situações de pobreza e miséria, o que acaba dificultando o processo de adoção. É nesse ponto que se encontra a contradição central da questão do abandono de crianças e adolescentes, posto pela dinâmica da questão social (SILVA, 2001).

Segundo Weber (1996) no Brasil existe alguns obstáculos na realização de adoções de crianças mais velhas, uma vez que irá aumentar crenças e expectativas negativas relacionadas a adoção dessas crianças. Segundo dados, crianças recém nascidas são as mais procuradas pelas famílias, pois segundo as famílias adotivas seriam mais fáceis de uma adaptação tranquila, construção de vínculos, acompanhamento integral de seu desenvolvimento físico, melhor adaptação entre pais e filhos e, dentre outros.

Os novos arranjos familiares podem ser conceituados de: famílias recompostas, monoparentais, parentais, homoafetivas, eudemonista. Nessa perspectiva, em nossa própria legislação, temos posto que mais importante que as configurações familiares são as relações estabelecidas no espaço familiar, pois “suas funções de proteção e socialização podem ser exercidas nos mais diversos arranjos familiares e contextos socioculturais, refutando-se, assim, qualquer ideia preconcebida de modelo familiar ‘normal’.” (BRASIL, 2006, p. 29).

Preconceito com a adoção tardia, que se adotar essas crianças mais velhas elas terão mais dificuldade em se adaptar, trazem uma carga muito grande, seja da família que eles viveram ou do lar de acolhimento onde eles estão. Os Pais biológicos já tiveram algum problema seja com álcool e drogas, por isso a maioria dos adotantes preferem crianças recém-nascidos. Eles acham que vai ser mais fácil de educar e não vem com a carga pesada que uma criança mais velha.

Os novos arranjos familiares contêm vários tipos de família, seja avós criando seus netos, mãe solteira, casal homoafetivo que seja duas mães ou dos Pais. As relações são mais importantes que a configuração familiar, são as relações que eles criam seja de amor e afeto. A proteção dessas crianças pode vir de diversos arranjos familiares, não somente dos casais heterossexuais.

Família é um grupo de pessoas que vivem sob o mesmo teto. Neste sentido, a adoção pode ser definida como a medida de proteção que melhor responde ao direito da criança de crescer numa família, proporcionando-lhe um sentido de permanência legal, residencial e relacional (BRODZINSKY, SMITH, 2019) essencial ao seu bem-estar, ajustamento psicológico e recuperação do desenvolvimento físico, socioemocional e cognitivo (JUFFER, et al., 2011).

Portanto, de acordo com a (Lei nº 8.069, 1990) antes da homologação de fato da adoção da criança, ela deve passar por um período de adaptação e convivência com a nova família. O ECA preconiza, no artigo 46, que a adoção será precedida de estágio de convivência com a criança ou adolescente, pelo prazo máximo de 90 dias, observadas a idade e as peculiaridades do caso.

Com as crianças adotadas depois dos dois anos de idade foi realizado um estudo, e existe um julgamento definido que a criança que é incluída tardiamente em uma família substituta haveria dificuldade no seu desenvolvimento, com eles e carregando uma bagagem e o reflexão culturais e aspectos históricos incluído em toda adoção, é assustador o que eles não conhecem sobre a história das crianças e seu passado e a dificuldade de entender, seria os fatores complicadores no processo de adoção entre a criança e a família. (SÓLAN, 2006). Faz-se necessário que se fale também do receio e culpa que os pais adotantes carregam.

Para Levinzon (2000);

Medo em relação à família biológica da criança: receio que se arrependam a qualquer momento e venham lhe tirar a criança; culpa por tomar para sua responsabilidade uma criança ou adolescente cujo sangue não lhes pertence; vergonha, como se tivessem cometido algum tipo de crime, como por exemplo tendo roubado a criança (LEVINZON, 2000, p.23).

Os pais adotantes têm receio da herança biológica da criança que seja ruim ou que tenham uma personalidade muito forte e que seja incompatível com a família. O temor em que a criança queira abandonar sua nova família, os adotantes têm um grande receio da rejeição por parte da criança quando souber das suas origens. Medo de que ao descobrir a sua origem biológica o adotado vá procurar sua família biológica. (LEVINZON, 2000).

É um momento muito precioso o período da adaptação entre a família adotiva e a criança, tempo muito valioso para todos que estão envolvidos nesse vínculo familiar, esse é o momento de muito aprendizado no novo ciclo é uma nova rotina totalmente diferente, tanto para orçamento doméstico, e onde cada um se enxerga em seu espaço físico. Extremamente importante o tempo de convivência entre os filhos e os pais, onde nesse período vão se construindo as alianças da maternidade, essa aliança é um facilitador para que essa criança venha ter uma melhor adaptação nesse meio familiar. (Segalin, 2013).

De acordo com Simon (2007) em relação a adoção, durante o tempo de processo o perfil das crianças e adolescentes que estão afastada das suas famílias biológicas, vão contra o perfil desejado da maioria dos adotantes. observa-se dois caminhos Paralelos: uma formada por milhares de crianças, a maioria com idade superior a 6 anos, negras ou mestiças, como histórico de abuso psicológico e físico, que estão a muito tempo em uma instituição de abrigo.

Outro ponto é que a maioria dos casais que desejam e estão interessados em adotar, têm interesse em crianças recém-nascidas, brancas, sem histórico de violência, saudáveis e que aparência seja parecida com os dos adotantes, podemos dizer que a um julgamento por parte da sociedade, em relação a quem deseja adotar uma criança ao invés de ter filhos biológicos.

O princípio do melhor interesse da criança e do adolescente representa uma importante mudança no eixo das relações paterno-materno-filiais. A criança deixa de ser considerada um objeto e passa a ser elevado a sujeito de direito, ou seja, a pessoa humana merecedora da tutela do ordenamento jurídico.

3 INTERVENÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA ADOÇÃO TARDIA

Intervenção profissional do assistente social, conforme compreendido dentro da base do ECA, que é inserido no ambiente da adoção, ele busca o bem-estar social para criança e adolescente que se encontra no momento disponível para que assim eles sejam integrados a família substituta, conforme o art. 197-C da Lei 12.010/2009 (BRASIL, 2009).

Os profissionais de Serviço Social e de Psicologia não contam com uma organização interna responsável pela coordenação de seus trabalhos, por orientação e capacitação, nem se vinculam diretamente a nenhum dos setores da estrutura descrita, no que diz respeito a questões de natureza técnico-profissional. Subordinam-se diretamente a algumas chefias de seção no caso da capital, a juízes da infância e juventude ou a juízes diretores, a depender da localidade de lotação, os quais, por vezes, delegam a função de chefia a um escrivão diretor de cartório. A vinculação administrativa ocorre junto aos Departamentos de Pessoal e de Recursos Humanos. (Fávero, Melão e Jorge, 2017, p. 45,46).

O assistente social busca sempre o bem-estar social e físico para criança e adolescente, principalmente no momento da situação de vulnerabilidade, para que as mesmas sejam integradas a uma família que possam acolher, já que passaram por tantas dificuldades.

Esse profissional tem um papel essencial, pois lida tanto com a criança e o adolescente, como também com os candidatos a adoção. Sobre os candidatos, a intervenção inicialmente sobre orientação técnica e os procedimentos legais que contornam a adoção, no intuito de dar suporte a essas pessoas que desejam adotar. (SIMÕES, 2009).

O Serviço Social atua em diversas frentes e suas atribuições não se resumem apenas situações relacionadas às medidas judiciais. Atuando em conformidade com os princípios éticos norteadores da profissão, tem contribuído para a implementação de projetos e programas na área da saúde mental e vocacional, reavaliação funcional, capacitação e treinamentos (Fávero, Melão e Jorge, 2005, p. 50).

Conforme Fávero, Melão e Jorge (2005), o serviço social inclui conhecimentos da experiência culturais e socioeconômicas dos indivíduos e de como reagem a diversa demonstrações de desigualdade e questões sociais no seu dia a dia.

Diante do exposto, percebe-se que o assistente social assume diversas atribuições, isso faz com que englobe diversas áreas, assim contribui na implementação de projetos e programas como saúde, justiça, educação, habitação, inclusive no que se refere a adoção tardia, tendo assim a responsabilidade de planejar e executar estratégias que viabilizem o enfrentamento das principais questões sociais. Esse profissional é responsável por garantir o bem-estar tanto de forma coletiva quanto individual.

Fuziwara (2006) relata que o assistente social no poder judiciário de ser:

Comprometido com o aprofundamento da democracia como socialização das riquezas socialmente produzidas e com a construção de uma nova ordem societária, necessita estar atento as múltiplas expressões da questão social e suas diferentes manifestações. Sua ação deve identificar não apenas as desigualdades, mas as possibilidades de enfrentamento. Conhecer a complexidade da realidade é necessário para a intervenção profissional que não culpabilize o usuário, mas a compreenda enquanto sujeito social que sofre determinações que incidem sobre a sua existência material e subjetiva (Fuziwara 2006, p.34).

O assistente social trabalha o processo de adoção do ponto de vista social e sensibilizador, em benefício da criança ou adolescente. O Serviço Social desempenha um papel fundamental no apoio de orientação técnica às famílias que se encontram em processo de adoção tardia, ou em todos os casos de adoção judicial.

O processo de avaliação inicia-se a partir do momento em que o Assistente Social tem o primeiro contato com os interessados a adotar. Esse profissional presta esclarecimentos quanto à realidade, processo e procedimentos que serão realizados.

O processo de avaliação começa quando o assistente social entra em contato com todas as partes interessadas.

3.1 Instrumentos técnicos do serviço social no poder judiciários

A integração do assistente social do poder judiciário é pioneira, desenvolve sua intervenção de modo a responder as demandas com precisão sustentável. (ALANPANIAN, 2008).

O assistente social judiciário deve ter em mente que precisam buscar a imparcialidade evitando pré-julgamento. Necessitam ter clareza do poder que a situação de avaliação que o lugar institucional lhe confere, buscando estabelecer uma vinculação positiva com os atendidos. O clima deve ser amistoso e proporcionar um espaço que facilite as reflexões, o que gerará – provavelmente – maior disponibilidade para revelações e reais motivações. Recomenda-se que os profissionais apurem sua escuta e a observação em relação a como os pretendentes à adoção lidam com as suas relações sócio familiar e afetivas, pois elas trarão elementos significativos para a avaliação. (PRADO, 2006, pg. 156).

O Estudo Social é um procedimento para conhecer melhor os adotantes. O profissional deve aproximar-se o máximo possível da vida pessoal dos adotantes para conhecer sua realidade, as histórias de vida.

A inserção do assistente social no Poder Judiciário é relativamente recente na história do serviço social brasileiro iniciou-se por volta dos anos 1940. Onde vale destacar que em 1990 devido ao avanço do neoliberalismo houve uma maior precarização com os trabalhadores, foi quando o profissional começou a ser mais requisitado no sistema do Poder judiciário. (FÁVERO,2013)

Dentro da esfera pública um dos primeiros campos de trabalho de assistentes sociais ocorreu mediante a motivações como, problemas relacionados à infância pobre, à infância abandonada, fiscalização do trabalho infantil, entre outras frentes que se relacionavam intrinsecamente com o universo jurídico. (CFESS, 2014).

O assistente social atua nas diversas instituições judiciárias, cuida de demandas relacionadas a vara da infância e juventude, vara da família, vara do idoso até mesmo de varas Criminais, onde é possível encontrar situações como violação contra o direito da pessoa idosa, jovens autores de atos infracionais, famílias em situação de conflito, crianças e adolescentes que necessitam de medidas protetivas, etc. Essa atuação visa desenvolver o enfrentamento das principais questões sociais desses meios. O assistente social tem o papel de intermediar ações judiciais através de instrumentos são eles as entrevistas, visitas domiciliares além de contribuir com às autoridades judiciárias, por intermédio de relatórios, laudos e pareceres. (CARDOSO E OLIVEIRA, 2018.)

Por meio de entrevistas e visitas domiciliares, os assistentes sociais compreendem e analisam as realidades sociais dos usuários que buscam alternativas para a resolução de conflitos e mudanças na qualidade de vida, realizando investigações com base nas necessidades desejadas, ao invés de trabalhar com higienistas e ser conservador.

Assim, os assistentes sociais atuam de acordo com as particularidades da profissão, junto aos aspectos sociais das demandas apresentadas, mais voltada para a proposição e o desenvolvimento de ações que assegurassem alguma proteção social. E para isto, eles utilizam instrumentos que mediam seu exercício profissional, que devem ser em consonância com os princípios éticos e políticos da profissão. (OLIVEIRA E VIEIRA, 2015.)

O serviço social, enquanto participante das práticas judiciárias, se utiliza do inquérito e do exame para, no atendimento que realiza, pesquisar “a verdade”. O assistente social é solicitado pelo Judiciário como sendo elemento neutro perante a ação judicial para trazer subsídios, conhecimentos que sirvam de provas, de razões para determinados atos ou decisões a serem tomadas. Através de técnicas de entrevistas, visitas domiciliares, observações, registros, realiza o exame da pobreza e dá o seu parecer sobre a situação investigada e a medida mais adequada a ser

aplicada, no caso do Juizado de Menores, ao menor ou à família. (FÁVERO, 1999, p. 64).

O relatório social é um documento específico elaborado por assistente social, podendo ser utilizado em diversos espaços ocupacionais, e visa descrever e interpretar uma determinada situação. Quando utilizado no Judiciário tem por objetivo [...] informar, esclarecer, subsidiar, documentar um auto processual (...) ou enquanto parte de registros a serem utilizados para a elaboração de um laudo ou parecer (FÁVERO, 2006, p. 45).

Este documento descreverá o que foi identificado e interpretado por meio da pesquisa social, ou seja, todo o conteúdo coletado durante as visitas domiciliares, incluindo objetivos da pesquisa; indivíduos envolvidos; objetivo do documento; aplicações; resumo histórico; desenvolvimento; e análise da situação.

O profissional deveria estudar a individualidade de cada indevido, principalmente no âmbito social e familiar. O assistente social passou a intervir “estritamente vinculado com os trâmites da aplicação da lei que regulamentava a justiça de menores, ou seja, das normas reguladoras do comportamento de crianças e adolescentes pobres” (FÁVERO, 1999, p. 29).

O assistente social tem um trabalho extremamente importante no ambiente jurídico, onde compreendeu que há uma necessidade de intervenção na conjuntura familiar, “O Serviço Social, ao longo de sua trajetória na organização judiciária, ficou reconhecido pela necessidade de intervenção não só no contexto da Justiça infantojuvenil e familiar, mas em diversas outras áreas” (FÁVERO, MELÃO, JORGE, 2005, p. 51).

Vale ressaltar que a visita domiciliar é um importante instrumento na perspectiva de respeito ao usuário, para que no seu próprio espaço possa se expressar. Assim, é antes a possibilidade de conhecer melhor este sujeito, seu percurso, suas conquistas, dificuldades, e as respostas que elabora diante das suas vivências. É mais uma possibilidade de permitir voz e vez. Ainda que não se possam igualar os lugares que cada um ocupa nessa relação criada por um conflito judicial, é uma estratégia para o profissional identificar outros elementos que fogem à artificialidade imposta pelas instituições. Fundamentalmente, pode ser uma ação que permita empatia e alteridade. Por meio da visita é possível verificar as relações sociofamiliares, muito mais a partir da lógica do pertencimento dos usuários em seus territórios e dos seus laços de sociabilidade. Para tanto, é preciso se despir de preconceitos e estar aberto a ouvir e ver a realidade (FUZIWARA, 2006, p. 55).

Destaca-se que, na perspectiva do usuário, a visita domiciliar é uma importante ferramenta para permitir que ele se expresse em seu próprio espaço. Portanto, é mais provável que tenha uma melhor compreensão do sujeito, de sua trajetória, de suas conquistas, de suas dificuldades e das

respostas que articulou diante de suas experiências. A relação do assistente social com mundo jurídico vai além do cenário familiar, é necessário que profissional desenvolva estratégias para identificar e abranger diversas áreas.

Segundo a visão de Cardoso (2010) durante a realização dos atendimentos, realizados por meio da entrevista social, está presente às subjetividades tanto do entrevistado quanto do entrevistador, e segundo os entrevistados esse elemento pode contribuir ou não para o diálogo estabelecido durante a entrevista social. Outro elemento que mais uma vez aparece nas falas é o tempo destinado à realização das entrevistas sociais que é aí apontado como um limite à operacionalização da investigação profissional, na medida em que não permite o aprofundamento das informações transmitidas pelo beneficiário. Isso demonstra que o assistente social tem nos limites institucionais, como a desproporção entre número de profissionais e quantidade de demandas um desafio que influencia na concretização da entrevista social.

Durante as entrevistas o profissional deve se atentar as particularidades de cada indivíduo uma vez que a maneira com que cada pessoa interpretar determinado assunto muda, essa compreensão acaba facilitando a comunicação entre ambas as partes. Outro fator que ressurgiu na apresentação foi o tempo destinado à realização das entrevistas sociais, que foi apontado como uma limitação para a operacionalização das pesquisas profissionais, pois não permitiu uma compreensão mais profunda do que foi feito pelos beneficiários. Isso sugere que os assistentes sociais dentro de constrangimentos institucionais, como a desproporção entre o número de profissionais e o número de necessidades, são desafios que afetam a realização de entrevistas sociais.

4 METODOLOGIA

A primeira aproximação com a temática foi realizada através de estudos bibliográficos para uma maior compreensão sobre o tema. Com isso, foi utilizado como método uma pesquisa exploratória por meio de revisão bibliográfica sobre o processo de trabalho do assistente social vinculado a adoção tardia com o objetivo de proporcionar maior familiaridade com o problema.

Segundo Barral (2007, p.60) diz que a revisão bibliográfica não deve ser uma lista pasmaceira de autores e livros que abordam o tema, mas, sim do conhecimento atual do problema. Esta modalidade de pesquisa inclui materiais impressos, como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos.

Segundo Santos (1991) a pesquisa exploratória é o contato inicial com o tema a ser analisado, com os sujeitos a serem investigados e com as fontes secundárias disponíveis. Nesse caso, o pesquisador deve ter uma atitude de receptividade às informações e dados da realidade social, além de uma postura flexível e não formalizada. O objetivo da pesquisa exploratória é compreender os motivos para as atitudes de cada indivíduo.

Alguns autores defendem que o pesquisador qualitativo deve manter uma postura de empatia e identificação com os sujeitos, outros acreditam que a postura de neutralidade, apática, deve ser

mantida, isso dependerá da postura epistemológica utilizada. . Esse é o ponto de cada um tem uma visão. (GOULART; CARVALHO, 2005).

Segundo José Filho (2006, p.64) “o ato de pesquisar traz em si a necessidade do diálogo com a realidade a qual se pretende investigar e com o diferente, um diálogo dotado de crítica, canalizador de momentos criativos”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos fatos apresentados conclui-se que adoção tardia, na maioria das vezes, existe um preconceito que acaba influenciando nesse processo, por conta disso, muitos optam pela escolha de um bebê ao invés de uma criança mais velha, conhecida como a adoção tardia.

O grande objetivo é acolher a criança e ao adolescente no ambiente seguro onde eles encontram o amor de uma família e cuidado que muitos deles não tiveram. Aconselhar e explicar para esses países que desejam adotar, independente de ser um bebê ou adolescente, sempre terá casos de sucesso e insucesso.

O que as crianças mais precisam é de uma família que os acolham, de um lar onde eles possam se sentir bem, amados, sem preconceitos de raça e idade, que essas crianças possam viver em um ambiente familiar.

Vimos que o assistente social tem um papel muito importante no ambiente jurídico, onde compreendeu que há uma necessidade de intervenção na conjuntura familiar. O assistente social tem um papel de intermediar, cuidar da demanda acionada pela vara da criança e do adolescente. Dessa forma, a pesquisa é relevante, pois mostra que o serviço social tem um papel importante nesse processo de adoção, evitando que crianças e adolescentes com idade mais avançadas tenham seus direitos violados.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Luana V. B. Direito a convivência familiar e comunitária: análise da política manutenção de vínculos do Abrigo Tia Júlia. 82f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social), Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2009.

ARNOLD, C. P. (2008). Adoção tardia: do estigma à solidariedade. *Revista Amicus Curiae*, 5 (5), p5.

BARBOSA, Lucia Eliane Pimentel. **Artigo: Adoção Tardia, mitos e realidade**, 2006.

BARRAL CA. **Metodologia científica: Conceito de Pesquisa Bibliográfica**. 2017

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei No. 12.010 de 13 de Agosto de 2009.

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências. VIEIRA, J. L. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. 3. ed. Bauru: EDIPRO, 1998. (Série Legislação).

BRASIL. **Lei nº 12.010, de 3 de agosto de 2009**. Dispõe sobre adoção; altera as Leis nos 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12010.htm>. Acesso em: 06 jun. 2022.

CAMARGO, Mário Lázaro. **A adoção tardia no Brasil: desafios e perspectivas para o cuidado com crianças e adolescentes**. In: SIMPOSIO INTERNACIONAL DO ADOLESCENTE, p. 2, 2005, São Paulo.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). 2014. Cadastro Nacional de Adoção. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/> Acesso em: 31/03/2022.

FÁVERO, E.T; MELÃO, M.J.R. e JORGE, M.R.T. (org)- **O Serviço Social e a Psicologia no Judiciário – construindo saberes, conquistando direitos**. São Paulo: Cortez, 2005.

FAVÉRO, Eunice Teresinha; MELÃO, Magda Jorge Ribeiro; JORGE, Maria Rachel Tolosa. **O SERVIÇO SOCIAL E A PSICOLOGIA NO JUDICIARIO**: construindo saberes, conquistando direitos. São Paulo, Cortez, 2017, 5ª ed.

FUZIWARA, A. S. Contribuição do assistente social para a Justiça na área da Infância e Juventude: o laudo social e a aplicação da Lei - Encontros e Desencontros. Tese de Mestrado em Serviço Social. Disponível em: .Acessado em 06 de outubro de 2015.

LEVINZON, Gina Khafif. **A criança adotiva na Psicoterapia psicanalítica**. São Paulo: Escuta, 2000.

PRADO, Mariana Rodrigues. O Processo de Adoção no Brasil. Monografia de Direito. Centro Universitário Antonio Eufrásio de Toledo. Presidente Prudente-SP, 2006.

QUEIROZ, Ana Cláudia Araújo; BRITO, Lina. **Adoção tardia: o desafio da garantia do direito à convivência familiar e comunitária - Late adoption: the challenge of ensuring the right to living**

in a family and community. 12. 1. ed. [S. l.], 18 jul. 2013. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/fass/article/view/13161>. Acesso em: 24 jun. 2022.

RICHTER, André. BRASIL TEM 34,6 MIL CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM CASAS DE ACOLHIMENTO. In: **BRASIL TEM 34,6 MIL CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM CASAS DE ACOLHIMENTO.** Agencia Brasil, 4 abr. 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2020-04/brasil-tem-346-mil-criancas-e-adolescentes-em-casas-de-acolhimento>. Acesso em: 28 mar. 2022.

SEGALIN, A. 2013. Serviço social e viabilização de direitos: a licença/ salário-maternidade nos casos de adoção. *Serviço Social e Sociedade*, 115:581-594. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282013000300010&lng=pt&nrm=iso#_ftnref4. Acesso em: 06/06/2022.

SILVA, Enir (Coord.), **O Direito à Convivência Familiar e Comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil.** Brasília: IPEA/CONANDA, 2004^a.

SILVA, Raquel Guimarães Cardoso de Aquino. **ADOÇÃO NO BRASIL: uma análise da legislação.** Recife, 2021. Disponível em: https://repository.ufrpe.br/bitstream/123456789/3102/1/tcc_art_raquelguimaraescardosodeaquinosilva.pdf.

SIMÕES, Carlos. **Curso de direito do Serviço Social – Biblioteca Básica do Serviço Social.** 3^oed. São Paulo: Cortez, 2009.

SIMÕES, Carlos. **Curso de direito do Serviço Social – Biblioteca Básica do Serviço Social.** 3^a Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SIMON, Claudio Hutz. **Prevenção e Intervenções em situações de risco e vulnerabilidade.** São Paulo: Casa do psicólogo, 2007.

SÓLON, L.A.G. 2006. **A perspectiva da criança sobre seu processo de adoção.** Ribeirão Preto, SP. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, 211 p.

SOUZA, Deyse de. **A Atuação Profissional do Assistente Social no PAEFI de Palhoça no Enfrentamento à violência Contra Crianças e Adolescentes.** 2016. 16 f. Monografia (Especialização em Centro Socioeconômico) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

VIANA, ELENIZA. **UMA ANÁLISE DOS DIVERSOS ARRANJOS FAMILIARES DA ATUALIDADE.** [S. l.], 13 jun. 2017. Disponível em: https://www.webartigos.com/artigos/uma-analise-dos-diversos-arranjos-familiares-da-atualidade/40312/#google_vignette. Acesso em: 24 jun. 2022.

WEBER, L. N. D. (1996). A Pesquisa sobre adoção como um fator preventivo. Em Sociedade Brasileira de Psicologia, Resumos de comunicações científicas, XXVI Reunião Anual de Psicologia, p. 18, Ribeirão Preto.

FÁVERO, Eunice Teresinha. Serviço Social, práticas judiciais, poder: implantação e implementação do serviço social no Juizado de Menores de São Paulo. São Paulo: Veras Editora, 1999.

FÁVERO, Eunice Teresinha. O Estudo Social: fundamentos e particularidades de sua construção na Área Judiciária. In: O Estudo Social em perícias, laudos e pareceres técnicos: contribuição ao debate no Judiciário, Penitenciário e na Previdência Social. CFESS (org.). 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

FÁVERO, E.T; MELÃO, M.J.R. e JORGE, M.R.T. (org)- O Serviço Social e a Psicologia no Judiciário – construindo saberes, conquistando direitos. São Paulo: Cortez, 2005.

FUZIWARA, Aurea Satomi. Contribuição do assistente social para a justiça na área da infância e da juventude: o laudo social e a aplicação da lei - encontros e desencontros. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2006.

CARDOSO. Maria de Fátima Matos. Reflexões sobre instrumentais em Serviço Social: Observação Sensível, Entrevista, Relatório, Visitas e Teorias de Base no Processo de Intervenção Social. São Paulo: LCTE Editora, 2010.

TRABALHO DA/O ASSISTENTE SOCIAL NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE

SÃO PAULO: ENTRE RUPTURAS E (RE)ATUALIZAÇÕES EM TEMPOS DE JUDICIALIZAÇÃO E CRIMINALIZAÇÃO DA POBREZA In: XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 2018, vitória. Anais do XVI ENPSS: vitória: 2018, p.4.

FÁVERO, Eunice. Serviço Social no sociojurídico: requisições conservadoras e resistências na defesa de direito. São Paulo, n. 131, p. 51-74, jan./abr. 2018 .

SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLITICA SOCIAL, 2015, Florianópolis. Anais...Santa Catarina: Universidade federal Santa Catarina, 2015. 8p.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Código de ética Profissional do Assistente Social. Brasília, 2014.

SANTOS, J. V. T. A construção da viagem inversa. Cadernos de Sociologia, ensaio sobre a investigação nas ciências sociais, Porto Alegre, v. 3, n. 3, p. 55-88, jan./jul. 1991.

GOULART, S.; CARVALHO, C. O pesquisador e o design da pesquisa qualitativa em administração. In____. (Org.) VIEIRA, M. M. F.; ZOUAIN, D. M. Pesquisa qualitativa em Administração: Teoria e Prática. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, p. 97-118.

MARTINS, G. de A.; THEÓPHILO, C. R. Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2016.